



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1391/15	DATA: 18/08/2015	
LOCAL: Plenário 15 das Comissões	INÍCIO: 15h08min	TÉRMINO: 15h55min	PÁGINAS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Anúncio de recebimento de expedientes. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da Ata da 2ª Reunião.

Indago se há necessidade da leitura da ata. *(Pausa.)*

Deputado Nilto Tatto, há necessidade da leitura da ata?

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Peço dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Fica dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Nilto Tatto.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação a respectiva ata.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Ata aprovada.

Expediente.

Comunico às Sras. e aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Do Deputado Laudívio Carvalho, que *“apresenta sugestões de tema para o roteiro de trabalho”*.

Do Deputado Laudívio Carvalho, que *“apresenta sugestão de audiência pública”*.

Do Senador Telmário Mota, do PDT de Roraima, que *“encaminha cópia do Ofício nº 827, de 2015, GMMMA, da Ministra de Estado do Meio Ambiente, que responde a ofício do Senador, que solicitou providências e informações sobre aves apreendidas em rinhas”*.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, que *“defere o Ofício nº 373, de 2015, da Liderança do PP, que desliga o Deputado Cesar Souza e indica o Deputado Afonso Hamm para titular, e indica o Deputado Cesar Souza para suplente”*.

Do Deputado Nilto Tatto, que *“solicita seja designado para a sub-relatoria destinada a investigar os maus-tratos de animais silvestres”*.



Antes de iniciar a deliberação dos requerimentos, comunico aos nobres Parlamentares que, conforme manifestações registradas, na reunião realizada no último dia 13, quanto à designação de sub-relatorias e o entendimento de que na reunião de hoje trataríamos do tema, procederei à designação das sub-relatorias.

Atendendo às solicitações encaminhadas a esta Presidência e com fundamento no art. 41, inciso VI, e no art. 57, inciso II, do Regimento Interno da Casa, designo: o Deputado Alexandre Serfiotis, do PSD do Rio de Janeiro, para a Sub-Relatoria de Proposições Legislativas; o Deputado Chico Lopes para Sub-Relatoria de Maus-Tratos a Animais Domésticos; o Deputado Nilto Tatto para Sub-Relatoria de Maus-Tratos de Animais Silvestres; e o Deputado Herculano Passos para Sub-Relatoria de Maus-Tratos de Animais Exóticos em Espetáculos.

Deliberação de requerimentos.

Informo que foram pautados todos os requerimentos apresentados até ontem, dia 17 de agosto.

Passemos à deliberação.

Item 1. Requerimento nº 5, de 2015, do Sr. Geraldo Resende — (RCP 13/20015) —, que *“requer que sejam convidados o Deputado Mandetta, para falar da sua relatoria sobre o Projeto de Lei nº 1.738, de 2011, que trata da Política Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose Animal, e o Deputado Odorico Monteiro, do PT do Ceará”*.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende, autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Eu já disse, na abertura da CPI, que há um projeto de nossa autoria que cria um Programa Nacional de Vacinação contra a Leishmaniose. Até então, há mais de 50 anos, só se faz, no animal portador de leishmaniose, a eutanásia. Há vários questionamentos. Há julgamento judicial em que se liberou o tratamento, em algumas Unidades da Federação, através da vacina e do uso de medicamentos.

Eu gostaria de convidar o Deputado Mandetta, que já tem um relatório pronto, e o Deputado Odorico Monteiro, que, nesta Legislatura, pediu, e a Comissão de Seguridade Social concedeu o prazo, para fazer uma audiência pública também, já que nós, ao longo do processo, tínhamos feito audiências públicas e queremos fazer esse debate aqui, porque certamente é objeto da CPI o verdadeiro genocídio de



animais nos Centros de Controle de Zoonoses, os chamados "CCZs", quando esses animais são portadores de leishmaniose.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Tenho uma sugestão, se me permite, Sr. Presidente. Nós temos na pauta 24 requerimentos.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Vamos votar em bloco?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sim, se poderíamos votá-los em bloco. Se alguém quiser destacar algum, para discutir em separado, nós o separamos. Mas, se isso fosse possível, acho que nós ganharíamos tempo.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Também acho, para dar agilidade.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Como o Deputado Ricardo Tripoli está ausente por motivos médicos, eu queria também subscrever os requerimentos dele. Mas eu solicitaria a V.Exa., Sr. Presidente, que os votássemos em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Estão todos de acordo?

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - De acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós temos só que fazer o anúncio de um a um e votamos todos em conjunto.

Eu não posso ler os meus requerimentos. *(Pausa.)*

Deputado Nilto Tatto, peço a V.Exa., que é Sub-Relator, para ficar ao meu lado. Quando chegarmos aos meus, V.Exa. faz a leitura, o que é regimental.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Leia todos os outros e deixe os seus para depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Item 2. Requerimento nº 6, de 2015, do Sr. Geraldo Resende, que *"requer que seja convidada a apresentadora de TV a Sra. Luisa Mell por ser uma grande representante da causa animal"*.

Item 3. Requerimento nº 7, de 2015, do Sr. Laudivio Carvalho, que *"solicita que seja realizada visita ao Mercado Municipal de Belo Horizonte"*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Item 4. Requerimento nº 8, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, que *"Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de debater sobre a utilização da"*



*carne de asininos no preparo de refeições a detentos do sistema penitenciário e na rede pública de ensino do Estado do Rio Grande do Norte (RN)".*

Item 5. Requerimento nº 9, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, *"requisição de cópia do Processo Criminal nº 0017247-24.2012.8.26.0050 - Caso "Dalva Lina", além de informações sobre a sua fase processual"*.

Item 6: Requerimento nº 10, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, *"requisição de cópia do Processo Criminal nº 2013.3.017737-5 - captura e matança de cães em Santa Cruz do Arari, na Ilha do Marajó/PA, além de informações sobre a sua fase processual"*.

Item 7. Requerimento nº 11, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *"requisição de cópia do Processo Criminal nº 201200251460 - agressão do cão da raça yorkshire até a morte, na cidade de Formosa/GO, além de informações sobre a sua fase processual"*.

Item 8: Requerimento nº 12, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, *"requisição de cópia do Processo Criminal nº 201360290009 (0000064-77.2013.8.25.0003) - maus-tratos praticados contra um jegue, na cidade de Graccho Cardoso/SE, além de informações sobre a sua fase processual"*.

Item 9. Requerimento nº 13, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *"requer a realização de audiência pública para oitiva do Promotor de Justiça da Comarca da Cidade de Apodi/RN, Dr. Silvio Ricardo Brito"*.

Item 10. Requerimento nº 14, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *"requer a realização de Audiência Pública para esclarecer sobre a adoção de programas de manejo populacional e descentralização dos serviços de bem-estar animal e vigilância epidemiológica, bem como para discorrer sobre o aumento dos casos da leishmaniose no país"*.

Item 11. Requerimento nº 15, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *"requer a realização de audiência pública para esclarecer sobre o papel dos Zoológicos e Aquários e sobre a importação de animais exóticos para tal fim, condições de bem-estar, manejo e maus-tratos, notadamente no que diz respeito à importação dos Ursos Polares, Peregrino e Aurora, provenientes da Rússia, para exposição no Aquário de São Paulo"*.



Item 12. Requerimento nº 16, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a realização de audiência pública para esclarecer sobre os maus-tratos provenientes do tráfico de animais silvestres, apanha e caça, mercado destinatário, bem como discorrer sobre o resgate de animais vitimados, as estratégias de combate, e o “repatriamento” dos animais aos habitats de origem”*.

Item 13. Requerimento nº 17, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a realização de audiência pública para esclarecer sobre os maus-tratos provenientes das práticas de experimentação animal, ética e direito dos animais, e os avanços para substituição do uso de animais, no ensino, na pesquisa e testes de fármacos e produtos”*.

Item 14. Requerimento nº 18, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a realização de audiência pública para esclarecer sobre os recorrentes maus-tratos provenientes da criação, transporte, e utilização de animais em espetáculos de rodeio, vaquejada e similares”*.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Sr. Presidente, pode fazer o pedido já para destacar esse item?

**O SR. DEPUTADO RICARDO IZAR** - Nós vamos discutir. Estamos lendo em bloco. Ao acabarmos, V.Exa. anota o item, e discutimos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Item 15. Requerimento nº 19, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, que *“requer a realização de audiência pública para esclarecer sobre a criação, manejo, transporte e abate de animais para consumo, e políticas públicas de bem-estar animal no setor produtivo”*.

Item 16. Requerimento nº 20, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, *“requisição de cópia do Procedimento Policial instaurado em face dos responsáveis pelos supostos maus-tratos contra animais, que eram utilizados em pesquisas e testes de produtos cosméticos e farmacêuticos no Instituto Royal, em São Roque (SP), bem como informações que entender pertinentes, incluindo eventual denúncia ofertada, com o respectivo número do processo”*.

Item 17. Requerimento nº 21, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, *“requisição de cópia do Procedimento Policial instaurado em face de Maria Iraci dos Santos, acerca do caso da venda de carne de cavalo, bem como informações que entender*



*pertinentes, incluindo eventual denúncia ofertada em face da mesma, com o respectivo número do processo”.*

Item 18. Requerimento nº 22, de 2015, do Sr. Ricardo Tripoli, *que “requer a realização de audiência pública para oitiva da Sra. Sheila Patresi, coordenadora do Centro de Controle de Zoonoses da Cidade de Poços de Caldas/MG”.*

Item 19. Requerimento nº 23, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, *que “requer seja convidado o Sr. Promotor de Santa Cruz do Arari/PA, Dr. Nelson Medrado, a prestar esclarecimentos, na qualidade de testemunha”.*

Item 20. Requerimento nº 24, de 2015, do Sr. Ricardo Izar, *que “requer a oitiva dos convocados listados abaixo, na qualidade de testemunhas, para prestar esclarecimentos sobre a matança de cães na cidade de Santa Cruz do Arari/PA”.*

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, solicito destaque para o Item 14.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos dar a palavra a V.Exa., Deputado.

Quero só esclarecer que o Item 9 é um requerimento que pede audiência pública com o Promotor da Justiça da Comarca da Cidade de Apodi, o Dr. Silvio Ricardo Brito. Ele fica prejudicado, porque o Item 4 já trata de audiência pública com o mesmo nome.

Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sr. Presidente, até para contribuir com o trabalho, em todo o pedido de audiência pública sobre situações que podem ter duas visões distintas acerca do mesmo assunto, esta Presidência pode, com apoio da unanimidade dos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, conduzir no sentido de termos no máximo quatro pessoas na Mesa: duas favoráveis ao tema, duas com a visão sob o espírito de quem está indicando, e duas também para fazer o contraponto.

Por exemplo, no Item 14, vamos discutir a realização de audiência pública para *“esclarecer sobre os recorrentes maus-tratos provenientes de criação, transporte e utilização de animais em espetáculos de rodeio, vaquejada e similares”.* É um tema polêmico.



Então, lógico que precisamos trazer aqui alguém que tenha a mesma compreensão do Deputado Ricardo Tripoli, mas também que nós tenhamos na Mesa alguém ou dois convidados que tenham a visão diferenciada, que mostrem que não há maus-tratos, mostrem todo o manejo desses animais, como dizem aqueles que hoje defendem a continuidade dos rodeios no País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Tirando o item 14, Deputado Capitão Augusto, vou fazer uma pergunta a V.Exas.: algum dos outros itens vai ser destacado? *(Pausa.)*

Então, vamos só votar os outros itens e voltar para a discussão do item 14.

Deputado Nilto Tatto, V.Exa. conduza a votação, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nilto Tatto) - Em votação todos os requerimentos lidos, exceto o item 14.

Quem for favorável permaneça como está. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Capitão Augusto.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Sr. Presidente, volto a reafirmar realmente que essa questão dos rodeios não caberia nesta CPI tão importante, com tantos temas para debatermos. Já disse que não me furto, em hipótese alguma, a trazer especialistas do Brasil inteiro, até dos Estados Unidos, médicos veterinários, para comprovar que não há nenhum tipo de maus-tratos na questão dos rodeios. Se formos abrir o debate desse jeito, se começarmos assim, vamos pegar o turfe, vamos pegar o polo, que causam muito mais lesões e danos aos animais do que o próprio rodeio, em que nunca houve sequer qualquer tipo de lesão, de morte, com esse tipo de animal. Então, há outras atividades que causam muito mais lesão e morte do que essa.

O próprio Deputado Ricardo Tripoli, com todo o respeito, que apresentou o requerimento, é autor de dois projetos que preveem o fim dos rodeios, que já foram recusados na Comissão de Agricultura — um desses projetos agora está pautado na Comissão de Meio Ambiente.

Então, eu acho inócua essa discussão aqui. Vamos perder muito tempo num debate que não vai chegar a lugar nenhum. Nós temos a Frente Parlamentar do





Rodeio, que já foi oficializada aqui, com 209 Deputados. Poderíamos estar despreendendo nossa força, nosso conhecimento, nossa vontade realmente de mudar alguma coisa, para realmente contribuir com a sociedade. Poderíamos criar uma nova CPI só para cuidar de rodeios. Eu não me furto a isso, sem problema nenhum. Mas, neste momento, nesta CPI, com tantas coisas para serem ditas, com tantas coisas para serem faladas — como a questão dos animais dos zoológicos, dos animais silvestres, dos animais domésticos —, com tantas ocorrências de maus-tratos, trazeremos a esta CPI os rodeios é, no mínimo, inoportuno.

Eu pediria até aos Deputados que a compõem para retirarmos este requerimento de pauta. Não vamos entrar nessa discussão, que vai demandar muito tempo, muito desgaste. Não vamos chegar a lugar nenhum. Eu estou dizendo que não me furto a fazer uma CPI própria para debatermos amplamente a questão dos rodeios no Brasil. Não me furto, realmente, em hipótese alguma, ao debate, porque tenho plena convicção do que estou falando. Mas, neste momento, nesta CPI, acho extremamente inoportuno.

Então, voto realmente pela retirada deste requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Daniel Coelho.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sr. Presidente, fiquei satisfeito com as declarações do Deputado Geraldo Resende, quando falou da importância do contraponto. Não podemos ter posição predeterminada. Esta CPI tem a finalidade de investigar os casos levantados pelos Parlamentares. Mas o debate tem que ser justo, tem que ser equilibrado.

O requerimento do Deputado Ricardo Tripoli indica apenas dois debatedores. Acho que fica em aberto para o Deputado Geraldo Resende e outros Parlamentares fazerem a indicação. O Deputado Capitão Augusto também poder fazer indicação, e realizamos um debate aqui. Acho que não há forma melhor de esclarecer um assunto do que o debate democrático, com o contraponto, como propôs o Deputado: dois debatedores com uma opinião favorável e dois com uma opinião contrária.

Assim esclarecemos os fatos e contribuimos para o trabalho da CPI e para este próprio debate sobre os maus-tratos, se eles ocorrem ou não nos rodeios. Cada



um aqui tem direito a ter a sua opinião, mas barrar a discussão, o debate, não é o intuito de quem está querendo colaborar com esta CPI.

Então, faço um apelo para que aprovemos o requerimento por unanimidade, mas também com o compromisso do Presidente no sentido de que acate sugestões de quem tiver opinião contrária na Mesa para fazer o debate. Então, poderíamos ter dois debatedores a favor e dois contra, como proposto. E aí a CPI vai fazer o seu papel, que é, após o debate, dar um parecer sobre o caso e saber onde há maus-tratos, onde não há.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sr. Presidente, rapidamente, também penso nesse sentido. Até faço um apelo ao Deputado Capitão Augusto. Se isso está sendo proposto aqui, é porque alguém quer conversar e tem dúvidas. Portanto, a audiência pública é uma oportunidade para esclarecimento e é um ótimo evento. Então, nesse sentido, eu faço um apelo para aprovarmos, por unanimidade, este item aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Laudívio Carvalho.

**O SR. DEPUTADO LAUDÍVIO CARVALHO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero apenas reafirmar a minha posição. Já havia conversado antecipadamente com o Deputado Capitão Augusto a respeito desse assunto. Eu acho que esta é a Casa da discussão, é a Casa da democracia, e temos que trazer, sim, a discussão da questão da vaquejada, da questão dos rodeios a esta CPI, que foi criada justamente para apurar maus-tratos aos animais. Há maus-tratos aos animais quando há uma vaquejada, por exemplo? Ou quando existe um rodeio? Temos que trazer essa discussão conforme os outros companheiros nossos aqui, outros Deputados, já disseram. Nós estamos com tempo ainda. Por exemplo, no debate do Projeto nº 3.722, de 2012, que prevê a revogação do atual Estatuto do Desarmamento, estamos ouvindo três que são contrários, três que são favoráveis para encontrarmos o equilíbrio nessa discussão. Mas que temos que trazer essa discussão para cá, para esta CPI, eu não tenho a menor dúvida, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Carlos Gomes.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Sr. Presidente, nessa mesma linha, eu quero dizer que acho que não deva haver preocupação acerca desse tema, de debater essa questão. No Rio Grande do Sul, há as canchas, e se pratica muito laço, tiro de laço; há o rodeio. Há tantas questões, que de fato nós precisamos discutir isso para desmistificar práticas, para esclarecer dúvidas que pairam sobre parte da população, da sociedade, quanto a se realmente essa prática, essa cultura traz maus-tratos a esses animais ou não. E ninguém aqui tem um pensamento já formado. Nós queremos discutir para realmente desmistificar e até preservar essas culturas, mas sem colocar prejuízo e ônus para os animais. Eu acho que há como, sim, fazer o debate, a discussão, sem prejuízo às práticas e culturas já estabelecidas nos Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra ao Deputado Adilton Sachetti, eu queria só fazer um apelo aos Parlamentares. Nós temos uma CPI que foi montada com base num requerimento; esse requerimento trata de nove fatos determinantes; a esses nove fatos determinantes temos que dar prioridade. E estamos abrindo outros temas. Mas só quero comunicar que temos que deixar na prioridade da pauta os nove fatos determinantes da CPI, porque a esses precisamos dar uma resposta, já que foram os motivadores da abertura da CPI. Quanto a outros temas, é lógico que vamos agir de acordo com o tema.

Muito do que está sendo requerido diz respeito a audiências públicas de contraponto, para ouvirmos duas posições. Eu acho que isso é importante, mas quando houver tempo, porque o mais importante é apurarmos as denúncias de maus-tratos que está havendo. Então, vamos priorizar as denúncias, e as audiências públicas de debate vamos jogando mais para a frente.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Sr. Presidente, os rodeios não estavam dentro desses nove.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, não estavam.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Muita gente até assinou o pedido, mas havia, digamos, pelo menos um acordo de cavalheiros de que a esta CPI não seria trazida a questão dos rodeios. V.Exa. sabe disso. Não era para estarmos aqui



debatendo a questão dos rodeios. Havia um acordo de cavalheiros. Muita gente assinou, sem problema algum, o requerimento para que fosse instaurada a CPI, desde que não estivessem inclusos os rodeios. E agora, após a instauração da CPI, depois de o pessoal assinar e tudo o mais, eis que aparece aqui justamente o quê? Os rodeios. Então, parece que foi algo já direcionado. Portanto, eu acho que deveríamos cumprir os acordos aqui nesta Casa.

Por isso volto a afirmar: meu voto vai ser contrário. Eu voto pela retirada do requerimento, porque isso não estava previsto. Tanto é que os nove itens prioritários estão aí, que foi o que todo mundo assinou, pedindo que se instaurasse a CPI com base nisso. E muita gente assinou, porque havia o acordo de não incluir os rodeios nesta fase da CPI.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sr. Presidente, apenas se V.Exa. me permite destacar, nós aprovamos um plano de trabalho na semana passada em que constavam os rodeios. Foi aprovado pela maioria. Quer dizer, não vejo...

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Foi votado?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Foi votado, sim, Deputado. V.Exa. não estava presente, mas foi votado.

E eu quero também dizer que, em momento nenhum, eu conheço acordo para que rodeios não sejam debatidos nesta CPI. Se foi celebrado esse acordo, ele não foi público e não passou pelo PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vou explicar o que quer dizer o Deputado quando fala do acordo. Na Legislatura passada, estava tramitando na Casa um PRC de minha autoria que criava uma sexta CPI, que seria a CPI dos maus-tratos aos animais. Na época, o Presidente Henrique Eduardo Alves pautou a urgência desse projeto no Plenário da Câmara, mas, para isso, houve um acordo dos Líderes no sentido de que naquele PRC não se trataria da questão do rodeio. Não foi o caso desse requerimento de CPI, foi no do PRC que também criava a CPI e que ainda está tramitando na Casa.

Com a palavra o Deputado Adilton Sachetti.

**O SR. DEPUTADO ADILTON SACHETTI** - Nós estamos assim: se correr o bicho pega, se ficar o bicho come (*Riso.*) Nós precisamos discutir os rodeios, mas ao mesmo tempo nós temos que priorizar as condicionantes.



Sr. Presidente, hoje eu tive a oportunidade de encontrá-lo, e colocamos isso. Eu acho que não é nos furtarmos a discutir rodeio, não; pelo contrário, qualquer assunto que for pertinente a maus-tratos a oportunidade é aqui.

Mas há realmente condicionantes que são o principal desta CPI. Não que não se vá discutir rodeio, mas, se colocarmos rodeio em prioridade, daqui a pouco o assunto se alonga, vai haver o contraponto, vai exigir mais um contraponto, mais outro contraponto. Daqui a pouco ficamos metade do tempo discutindo uma coisa que era periférica ao objetivo da CPI.

Nesse sentido, eu tenho preocupação também. Eu concordo com a discussão, eu a apoio, mas eu acho que não pode ser priorizado como o item principal da CPI. Sim, temos que priorizar aquilo por que ela foi criada, aqueles requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria sugerir aos Deputados que quiserem sugerir o contraponto de colocarmos este requerimento na próxima reunião. Quem quiser propor os nomes do contraponto já propõe.

Deputado Daniel Coelho, eu acho que V.Exa. poderia até tomar a frente disso.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Do contraponto, não. Eu sou contra o rodeio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, não. Eu digo o contraponto...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Isso. V.Exas. apresentam ao nobre Deputado Capitão Augusto, e a ficamos nesta condicionante de que nós vamos fazer audiência pública do rodeio. Mas, assim que...

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Quero atentar, Sr. Presidente, que não é só rodeio que está implícito neste requerimento. Há vaquejada e similares, pelo que eu entendo; há clube de laço. Então, temos que escolher quem vai falar acerca dos rodeios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vamos pedir isso ao autor do requerimento. O autor do requerimento está doente hoje, ele não vem. Então,



semana que vem, ele apresenta um novo requerimento, já com esses contrapontos. A assessoria dele...

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Sr. Presidente, nós vamos ter que desmembrar isso aí, porque uma coisa é rodeios, então eu vou trazer peritos aqui para falar de rodeios; outra coisa são as provas equestres — e vou trazer peritos para isso também —; outra coisa é a vaquejada. Então, isso aí já vai desmembrar em pelo menos quatro audiências, quatro debates, porque não há como trazer um especialista em rodeios que vá defender prova de laço, provas equestres, vaquejada. Então, nisso aí, no mínimo já quatro provas vão ser desmembradas, e eu preciso trazer dois para cada um.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas a Presidência aqui vai fazer o seguinte: só vai pautar isto depois que tratarmos dos nove fatos determinantes da CPI.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Sim, isso.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Presidente, mas para ver como essa questão vai ser a questão central, eu não tenho dúvida nenhuma, o grande debate aqui vai ser sobre os rodeios. De todos os itens lidos aí, o único que foi destacado e está gerando discussão é rodeios. Então, dá para ver como é que nós vamos perder muito tempo falando de rodeios aqui, não tenha sombra de dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas é por isso...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Eu não quero que seja...

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Deputado, eu falo que eu não me furto ao debate, em hipótese alguma. Mas, se fizéssemos uma CPI específica para isso, teríamos muito mais tempo. Nós vamos perder grandes projetos, grandes trabalhos em outras áreas, debatendo rodeios, como nós já estamos debatendo aqui, e esse debate vai ser longo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós não vamos perder, Deputado Capitão Augusto, porque fica o compromisso da Presidência de que vamos pautar esse tema só no final e depois que estiverem tratados todos os temas dos fatores determinantes. Aprovamos o requerimento. Mas eu acho que é o melhor para o nosso trabalho fluir, para mostrarmos um resultado para a sociedade. Acho que isso é que é importante.



**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Mas era exatamente, Sr. Presidente, essa sua sugestão que nós queríamos dar. Eu sou também ligado ao tradicionalismo no Rio Grande do Sul que trata do tiro de laço. Ninguém aqui é, eu não sou contra rodeio, vaquejada, tiro de laço. O que nós estamos discutindo e deveremos discutir — após priorizar aquilo que foi definido como pauta: maus-tratos, centro de controle de zoonoses, etc. e tal — é a também a questão desses animais que são usados para competições, para provas. Seria bom que, em outro momento, todos eles viessem aqui e dissessem: *“Olha, esses animais têm assistência, têm médico. São tratados dessa forma”*. Seria bom para desmistificar algumas questões.

Nós não estamos nos posicionando contra ou a favor a essas práticas culturais, mas, sim, destacando a questão das condições dos animais dentro desse contexto total. É só para deixar bem claro que, pelo menos, é a minha posição dentro desse tema, desse debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Daniel Coelho, V.Exa. subscreveu o requerimento. V.Exa. concorda em fazer a retirada e apresentar os nomes sugeridos pelo outro lado?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sem problemas. Eu acho que podemos até, Presidente, aprová-lo, e ficam acatados os nomes que foram indicados pelo Deputado. Nós não queremos censurar os nomes propostos por ele. Eu acho que aprovamos a proposição, e o nome apresentado pelo Deputado fica acatado pela Comissão. Acho que é razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Todos estão de acordo?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Se é o nome do contraponto, que ele o diga, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou só ser respeitoso com o Deputado Capitão Augusto. Ele saiu achando que iríamos colocar isso na próxima reunião. Aí eu não sei... Por mim, eu obedeço a maioria. Mas só estou falando a posição do Deputado Capitão Augusto.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - O que ele queria fazer? Eu não entendi.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Ele quer indicar dois nomes para a audiência pública.



**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Eu cheguei atrasado — desculpe, Sr. Presidente, eu estava em outro compromisso —, mas eu queria entender esse requerimento. Nós estamos tratando, na CPI de Maus-Tratos de Animais, de quatro temas específicos, não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nove temas.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Nove temas? Aumentou?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, são os nove fatores determinantes.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Mas, por exemplo, o assunto desse requerimento consta nisso? É algum desses temas também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, não é um desses temas.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Eu não sei o que é que eu penso... Eu penso o seguinte: eu acho que qualquer requerimento que não seja atinente ao assunto contamina a discussão da CPI. É uma opinião pessoal minha. Eu cheguei atrasado, V.Exa. me perdoe, mas, se ele não é inerente ao tema da CPI, qual é a razão de aprovar um requerimento de um assunto que não é inerente à CPI? Só para eu entender...

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Foi apresentado um cronograma de trabalho, na última reunião, que foi aprovado, onde constava também essa temática. Então, se nós quisermos restringir o debate para os nove, aí vamos que restringi-lo para todos, não somente para esse item. Mas foi aprovado no plano de trabalho também um debate sobre esse tema.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Eu lamento, eu não estava presente, então eu tenho que ceder. Se esse requerimento for aprovado, eu acho que ele contaminará a discussão da CPI. Ele não tem nada a ver com a CPI. Pelo menos, no tempo em que eu estou aqui, se for aprovado um requerimento sobre um assunto que não está constando do tema principal da formação da CPI, eu acho que vai ser até pouco entendido por quem não participa desta Comissão.

Mas, Deputado Daniel, se foi aprovado, eu tenho que ceder. Mas é estranho... Na minha concepção, é muito estranha essa situação.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Está resolvido, na próxima reunião...





**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Aprovamos, mas já com a condição...

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sim, mas não tem problema. É voto vencido, não tem problema. É um acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então, nós vamos fazer a votação, mas com a condicionante da indicação de dois nomes, de mais nomes para essa audiência.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Na verdade, precisamos de mais nomes; precisamos de dois por modalidade. É um para rodeio, um para prova equestre e um para vaquejada. O médico veterinário é especialista em uma área só. Como é que ele vai vir aqui falar de vaquejada?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Mas vão ser dois a favor e dois debatedores, Deputado. São dois de um lado e dois do outro.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - No requerimento, o Deputado já colocou várias provas juntas. E, dos especialistas que eu tenho — médicos veterinários, o pessoal da área —, um não conhece o assunto. É totalmente diferente. Uma coisa é rodeio, outra coisa é prova equestre, outra coisa é vaquejada. São coisas completamente diferentes.

Então, eu teria que apresentar dois nomes por modalidade, porque é uma questão de justiça. Uma coisa é apresentar algo sobre futebol, trazer alguém que sabe de basquete. Não tem condições. É completamente divergente. De acordo com o que ele relatou aqui, com que ele citou no item — vamos pegar aqui, é o item 14 —, trata-se da questão de rodeio, vaquejada e similares. Eu preciso apresentar seis nomes: dois para rodeio, dois para vaquejada e dois para provas equestres, que são os similares de que ele fala.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Sr. Presidente, só um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Marcos Montes.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Com base no Regimento, eu queria questionar esta situação, se nós podemos aprovar um requerimento sobre um assunto que não é inerente à CPI de que nós estamos tratando. É só isso.



**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Vamos montar uma nova CPI. Eu já falei que não me furto a isso. Vamos fazer a dos rodeios, a das vaquejadas e de tudo o mais. Nós temos todo o tempo do mundo para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Só respondendo à questão regimental, depois de efetuada a investigação dos nove itens, dos nove fatos determinantes, ela pode ser ampliada se eles forem correlatos, no caso, aos maus-tratos de animais.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Então, nem vamos votar agora, vamos aguardar. Vamos ver se terminam os nove itens, e depois colocamos em votação a questão do rodeio. Vamos suspender este requerimento.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Só para eu entender: quem determina o tema da CPI é a Mesa Diretora? É o Presidente que estabelece o tema de que trata a CPI?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É o requerimento de criação.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Pois é, o requerimento de criação foi para esses itens específicos, e não para esse assunto que estamos tratando aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Os fatos determinados podem ser ampliados no decorrer da investigação.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - No decorrer da CPI. Vamos aguardar os nove, Sr. Presidente. Eu faço esse apelo. Se nós avançarmos e tivermos mais reuniões — porque temos 120 dias para terminar isso —, se tivermos tempo hábil, apresentamos este requerimento, e eu não me furto ao debate, já me comprometo aqui. Apresenta-se esse requerimento, e nós o aprovamos. Mas vamos deixar mais para frente essa discussão.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Sr. Deputado, é razoável fazermos o debate. Nós aprovamos requerimentos aqui de outras audiências também que não estão nos nove itens. Estamos tratando esta questão diferentemente das demais. Queremos fazer um debate igualitário — ninguém está propondo aqui que um lado haja mais presença do que do outro —, com a mesma quantidade de debatedores, com a mesma quantidade de tempo, para que os argumentos sejam colocados.



Como é que podemos ter o interesse de não deixar um debate acontecer dentro de uma CPI? Eu não consigo ver razoabilidade nessa argumentação.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Mas, Deputado, o que atrapalha? Nós temos nove prioridades. Se terminarmos as nove, coloca-se em pauta o requerimento. Está querendo antecipar para que essa discussão desnecessária? Já estamos perdendo 40 minutos desta CPI para discutir o tema de rodeio, que não está nem entre os nove itens. Por que não foi colocado como primeiro item aí, ou entre os nove, se fosse prioritário? Eu não estou fugindo do debate, da mesma forma.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Deputado, nós aprovamos requerimentos aqui de diversos Deputados sobre itens que não estão nos nove. Há vinte itens que não estão nos nove, e foram aprovados. Vamos ter um critério específico para os rodeios, diferente dos demais itens? Essa é a posição deste Plenário?

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Todos têm relação com os nove itens.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Carlos.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Sr. Presidente, eu penso assim: eu acho que está polarizada a discussão sobre um fato, e a Comissão é soberana. Há a decisão do Presidente, mas a Comissão é soberana. Pelo que eu sei, há opiniões diversas aqui. E, repito, ninguém quer condenar práticas culturais. Nós queremos é, em segundo momento, depois de analisar os temas prioritários já elencados, discutir isso. Mas isso não inviabiliza, não impede o requerimento ser aprovado agora, ainda que para se discutir em segundo momento, em segundo plano. São coisas bem tranquilas. Eu não sei por que tanta discussão. Não há motivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Gostaria de citar uma decisão do Supremo Tribunal Federal que me foi dada aqui para ler:

*"A Comissão Parlamentar de Inquérito deve apurar fato determinado (C.F., art. 58, § 3º). Todavia, não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal."*



Essa é a decisão do Supremo. Continuamos na mesma polêmica. *(Risos.)*

Vamos fazer o seguinte, Deputado Daniel Coelho e Deputado Capitão Augusto: dá para fazermos um acordo, ou vamos colocar o requerimento em votação?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Para mim, o acordo já está pronto. Eu acho que ele indica dois nomes, nós indicamos dois — porque não é razoável que haja seis debatedores com uma opinião e dois com outra. Então, que haja um número igual de debatedores, dois e dois. Aprovamos o requerimento, e se faz o debate. Eu acho que é democrático o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. concorda, Deputado Capitão Augusto?

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Então, se nós estamos querendo saber a verdade, o que ocorre; se queremos fazer um debate claro, transparente, eu não posso trazer um técnico de futebol para falar de basquete...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Quantos são? De quantos se precisa?

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Seis, dois para cada modalidade: dois para o rodeio, dois para a vaquejada...

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Então vão ser doze debatedores?

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Doze debatedores. E não tenham dúvida de que deverá haver desmembramentos. Por isso que eu estou falando que é inoportuno esse debate aqui, colegas. É inoportuno. Isso é para chegar a uma conclusão sobre algo de que eu tenho convicção: não há maus-tratos. Eu sei que o critério é muito subjetivo, mas eu posso atestar isso realmente, pelos laudos que nós temos, pelos médicos veterinários que nós temos. Não haverá nenhum problema da minha parte em debater esse tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Posso fazer uma sugestão?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Posso fazer uma pergunta a V.Exa.? Nós vamos ter aqui uma regra em relação às audiências pela quantidade de debatedores? Nós vamos ter aqui uma regra geral? Nós não vamos ter uma regra só para essa audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós estamos tentando atender os quatro convidados. Era o que estávamos tentando.



**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - O normal são quatro. Se vamos fazer um debate com doze, nós vamos fugir a essa regra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Agora, quando são audiências investigativas, por exemplo, no caso do Instituto Royal, foi aprovada uma audiência. Ali, estamos tratando de mais pessoas, porque são investigados, acusados e mais testemunhas. Então, como é um caso investigativo, vamos abrir exceção ali, porque vamos ter que fazer as oitivas. No caso de um debate desses, onde é um lado a favor e outro contra, eu acho que deveríamos limitar o número de convites, porque senão fica algo muito extenso.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Exato, exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Agora, eu queria ver se V.Exas. faziam um acordo: ou retiramos isso e na próxima reunião aprovamos esse requerimento, ou o votamos agora, com o compromisso de o Deputado indicar dois nomes. Mas fica o compromisso da Presidência de que só vamos pautar isso depois que tratarmos os nove fatos determinantes.

**O SR. DEPUTADO MARCOS MONTES** - Aí fica certo. Eu concordo com V.Exa. Depois que tratar dos nove determinantes, nós vamos tratar disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Podemos até aprovar o requerimento, mas nós só vamos pautar o tema quando tratarmos os nove fatos determinantes.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - A pauta é V.Exa. que faz, é o Presidente. Ninguém pode impor a pauta a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Isso. Mas eu acho que isso ajuda até na decisão de V.Exas. votarem isso.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - A aprovação iria no mesmo ritmo, da mesma forma que nós tratamos os demais requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Isso.

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Só não é fácil de se compreender que este requerimento tenha um tratamento diferente dos demais.

**O SR. DEPUTADO CARLOS GOMES** - Isso foi que o nós sugerimos, Presidente: aprovar o requerimento e discutir em segundo momento, depois que esgotar a pauta principal.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu queria que houvesse um acordo para não pô-lo em votação.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Sr. Presidente, já está gerando um debate agora. Vamos deixar para depois que terminar os nove itens, para fluir bem a CPI. Depois, nós temos até tempo para aprofundar a questão dos rodeios. Aí, podemos até indicar seis, oito, dez. Se tiver tempo, se a CPI acabar em 45 dias, temos 45 dias para falar só de rodeios. Não vamos atrapalhar os outros assuntos, que são mais importantes. Por isso não custa nada fazer isso.

Eu não estou fugindo do debate, só estou pedindo aos Deputados: vamos priorizar os nove itens, que são os mais importantes, que foi acertado que são os mais importantes, e depois debatemos a questão de rodeios. Aí, nós teremos até tempo para ver quanto tempo nós teremos para falar de rodeios, se são 10 sessões, 15 dias, 30 dias. Nós podemos fazer um amplo debate nessa questão também.

E também estou dizendo que não me furto a fazer aqui uma nova CPI para tratar só dessa questão, em hipótese alguma. Mas é óbvio que aqui eu acabo sendo a minoria. Então, eu preciso, obviamente, trazer especialistas para argumentar. Já vai ser difícil, realmente, mudar a opinião da grande maioria aqui, todos ligados à área do meio ambiente. Pelo que eu vi aqui, pelo que eu já sondei, somente uns três ou quatro são favoráveis à questão de rodeios. Então, eu já estou em desvantagem. E ainda não posso trazer os especialistas para comprovar que não há maus-tratos? Aí fica uma situação realmente complicada.

Portanto, vamos deixar esse item para depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou sugerir isto: votamos o requerimento, e eu dou a V.Exa. um prazo de duas semanas para apresentar os nomes que V.Exa. quiser. Eu acho que dá para pesquisar todos os nomes. Fica o compromisso desta Presidência de que a pauta sobre rodeio e vaquejada entra depois dos fatos determinantes da CPI.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu acho que assim conseguimos trabalhar mais, flui melhor o nosso trabalho, sem muita discussão. Vamos deixar a parte polêmica para o final.



**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - E fica o compromisso de que vamos ter um debate igualitário. Independentemente de serem três, quatro ou cinco, vai haver a mesma quantidade de debatedores — um debate democrático, igualitário. Quanto a isso, acho que está entendido por todos.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Avaliamos uma convocação...

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Inclusive a quantidade de convidados?

**O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO** - Isso, é igual. O que tiver de um lado tem do outro.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Mas aí eu levo desvantagem. Não é isso, podem vir seis, mas eu preciso de um especialista em cada área para debater.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Estão de acordo?

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Eu continuo pedindo a retirada do requerimento. E vou votar contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Sim, vote contra o requerimento.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Mas não vou me opor à votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em votação o item 14, o Requerimento nº 18, do Deputado Ricardo Tripoli.

Aqueles que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se acham.  
*(Pausa.)*

Aprovado.

Votaram contrariamente a Deputada Tereza Cristina e o Deputado Capitão Augusto.

**O SR. DEPUTADO CAPITÃO AUGUSTO** - Sr. Presidente, deixe-me aproveitar para fazer um pedido, porque eu tenho que ir à CCJ. Eu já senti que eu sou minoria aqui, então eu não posso estar perdendo as reuniões. Eu faria um pedido para que fosse dado um prazo de 24 horas para convocação das reuniões, para que fossem marcadas com antecedência. Pediria também que fôssemos avisados, para que possamos estar presentes. Eu sei que, até pela correria da



Câmara, foi meio difícil fazer isso, mas, nas próximas, se puder ser assim, poderemos nos organizar e estar presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Está bem.

Existe um requerimento de inclusão extrapauta.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Mas não vai haver quórum para votar. Deixamos para votá-lo na quinta-feira. São três, seis, sete, oito, nove, dez Parlamentares. Não vai dar para votar, precisamos de catorze. Deixamos para a próxima pauta.

Eu passo a Presidência ao Deputado Laudívio Carvalho. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Laudívio Carvalho) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião para o dia 20 de agosto de 2015, em plenário a definir, com a seguinte pauta: audiência pública e tomada de depoimentos com a finalidade de esclarecer a matança de cães que teria ocorrido na cidade de Santa Cruz do Arari, no Pará. Foi convidado um representante do Ministério Público no Estado do Pará. Estão convocadas as seguintes testemunhas: Aragonei dos Santos Bandeira, denunciante da matança de cães; Juka Sobreiro, que efetuou o resgate de animais na Ilha de Marajó; Raquel Ferreira Viana, do Abrigo Augamily, que abrigou 104 animais. Foi convocado também o investigado Marcelo Pamplona, Prefeito de Santa Cruz do Arari, no Pará.

Muito obrigado a V.Exas.